

**CUIDAMO(S) E CUIDEMO(S):  
A VARIAÇÃO MORFÊMICA NA P4 EM VERBOS REGULARES DE 1ª  
CONJUGAÇÃO**

*CUIDAMO(S) AND CUIDEMO(S):  
THE MORPHEMIC VARIATION IN THE P4 (WE) IN REGULARS VERBS OF 1th  
CONJUGATION*

**Ivelã Pereira**

Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina e Professora  
Colaboradora no curso de Letras da Unicentro (Irati – PR)  
ivelpereira@gmail.com

“Maloca querida  
Dim dim donde nós **PASSEMO**  
Os dia feliz de nossa vida”  
(Adoniran Barboza)

**RESUMO:** Este trabalho objetiva mapear se está havendo variação morfêmica na P4 (nesse caso, *nós*) no presente do Indicativo e pretérito perfeito do Indicativo em verbos regulares de 1ª conjugação, para estabelecer uma diferenciação entre esses dois contextos temporais. Trata-se de uma pesquisa quantitativo-qualitativa, com foco na morfologia verbal, e o *corpus* é composto por entrevistas gravadas com informantes de alguns bairros de Florianópolis (Costa da Lagoa, Santo Antônio de Lisboa e Ratonés), totalizando-se 30 dados. A variável dependente é composta por duas variantes: os morfemas /a/ e /e/. As variáveis independentes externas são: ‘sexo’, ‘escolaridade’, ‘idade’ e ‘bairro’, e as variáveis independentes internas: ‘assertividade da sentença’ (sentença afirmativa ou negativa), ‘realização do sujeito’ (explícito ou nulo), ‘tempo verbal’ (pretérito perfeito ou presente), ‘apagamento do –s final da desinência –mos’ e ‘elemento temporal’ (presença ou não). Nossa principal hipótese é de que os falantes menos escolarizados utilizam o morfema /e/ para marcar contextos de passado, em oposição ao presente, enquanto os falantes mais escolarizados permanecem utilizando o morfema /a/ nos dois contextos de passado e presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Concordância verbal. Variação morfológica. Pretérito perfeito. Presente do Indicativo. P4.

*ABSTRACT: This work aims to map if it's occurring a morphemic variation in the P4 (“nós” – the personal pronoun “we”, in Portuguese) in the tenses “presente do Indicativo” and “pretérito perfeito do Indicativo” (similar with the simple present and simple past tense) in regulars verbs of 1th conjugation to establish a difference between these two temporal contexts. It's a qualitative and quantitative research that focuses the verbal morphology. The corpus is composed by recording interviews with informants of some Florianópolis' neighborhoods (Costa da Lagoa, Santo Antônio de Lisboa and Ratonés), that totalize 30 data. The dependent variable consisted of two variants: the morpheme /a/ and the morpheme /e/. The independent external variables are: ‘sex’, ‘schooling’, ‘age’ and ‘neighborhood’. The independent internal variables are: ‘sentence assertiveness’ (affirmative or negative sentence), ‘subject performance’ (explicit or null), ‘verbal tense’ (pretérito perfeito ou presente), ‘deletion of final –s in*

*verbal ending –mos’ and ‘time expression’ (use or not). Our main hypothesis is that the least schooling speakers use the morpheme /e/ to feature past contexts in opposite to the present. The most schooling speakers remain using the morpheme /a/ in the both present and past contexts.*

**KEYWORDS:** *Verbs. Morphologic variation. “Pretérito perfeito”. “Presente do Indicativo”. P4 (we).*

## INTRODUÇÃO

Por meio de uma análise sociolinguística laboviana, pretendemos, com esta pesquisa de caráter sincrônico, mapear a variação na morfologia verbal da 1ª pessoa do plural (nós), chamada também de P4 (4ª pessoa gramatical)<sup>1</sup>, dos verbos regulares de 1ª conjugação, nos tempos de pretérito perfeito e presente do indicativo<sup>2</sup>. Para tanto, basearemos-nos na fala de informantes do português brasileiro (PB), provenientes de alguns bairros de Florianópolis, considerando-se que, no PB, há uma neutralização dessas formas verbais e todos os seus morfemas componentes.

Ao tratarmos de nosso objeto, é preciso explicar que o processo de “neutralização” ocorre quando vocábulos (ou morfemas) apresentam a mesma forma, mas expressam ideias diferentes. Há casos também de homonímia gramatical (morfemas fonologicamente iguais) e de homonímia lexical (vocábulos fonologicamente iguais<sup>3</sup>). Nesse sentido, afirma Monteiro (2002, p. 105) que a neutralização é um “fenômeno que consiste na impossibilidade de opor duas ou mais formas que se tornaram homônimas”. Para ilustrar esse tipo de fenômeno, observemos as seguintes frases:

(1) Nós CUIDAMOS da cachorra “Amarelinha” sempre que ela precisa. (IdPr).

(2) Quando a cachorra “Amarelinha” precisou, nós CUIDAMOS dela. (IdPt2).

A morfologia de “cuidamos” (tanto no IdPr e IdPt2) é constituída, além da raiz do verbo (cuid-), por uma DMT zero<sup>4</sup>, a vogal temática /a/, e a DNP –mos. Como se trata de uma mesma forma verbal para dois contextos (presente e passado), inclusive em sua constituição mórfica, uma parte dos falantes brasileiros geralmente não estabelece distinção fonética (também na fala) entre esses contextos.

---

<sup>1</sup>Sempre que mencionarmos P4, nosso foco de análise será o pronome “nós”, pois não objetivamos levar em conta a forma “a gente”, que geralmente também é considerada P4.

<sup>2</sup> Como se trata de uma nomenclatura extensa, iremos nos referir aos conceitos, embasados em Camara Junior (1970), Monteiro (1987) e Zanotto (2001), com as seguintes siglas: VT (vogal temática), DNP (desinência número-pessoal), DMT (desinência modo-temporal), P4 (nós), IdPt2 (pretérito perfeito do Indicativo), IdPr (presente do Indicativo) e CI (primeira conjugação).

<sup>3</sup> Para o caso de homonímia lexical, há o exemplo do vocábulo “são” (adjetivo “são” e conjugação de P6 do verbo “ser”). Quanto à homonímia gramatical, apenas os morfemas são iguais, mas podem dar origem a vocábulos diferentes.

<sup>4</sup> Segundo Monteiro (2002, p. 117), no presente do Indicativo, “a desinência modo-temporal é zero em todas as conjugações”. Já no pretérito perfeito do Indicativo, conforme Camara Junior (1970 [2010]), a DMT somente não é zero na 3ª pessoa do plural (em que aparece o morfe –ra para marcar o passado).

Isso, porém, não ocorre na maioria das variedades do PE (português europeu). Para diferenciar o presente e o passado, grande parte dos falantes portugueses costuma distinguir a vogal que precede a DNP (–mos) apresentando-lhe um traço “não-abafado”<sup>5</sup> para marcar o passado (em oposição ao presente, cujo traço da vogal é “abafado”, influenciado pelo contexto nasal posposto). Sobre isso, Câmara Junior (2010 [1970], p. 42) afirma que

[n]o português do Brasil, a posição da vogal tônica diante de consoante nasal na sílaba seguinte (ex.: amo, lenha, sono) elimina as vogais médias de 1º grau e torna a vogal baixa central levemente posterior, em vez de anterior, o que auditivamente lhe imprime um som abafado. Essa situação normal brasileira (que coincide com o português europeu do Alentejo) difere da “pronúncia normal portuguesa”, estabelecida por Gonçalves Viana na base do dialeto de Lisboa. Lá, a existência da sílaba imediatamente seguinte de uma consoante nasal não suprime a possibilidade de vogais médias de 1º grau (/é/, /ó/) nem a do /a/ central levemente anterior (não-escuro ou não-abafado).

Levando em consideração que, em Portugal, a pronúncia para cada contexto é diferenciada, as formas verbais de IdPr e IdPt2 também podem ser distintas na sua ortografia, colocando-se acento na forma verbal que diz respeito ao pretérito perfeito, como nos mostra Camara Junior (2010 [1970], p. 42).

[...B]aseados nessa pronúncia normal (lisboeta), os modernos fonólogos europeus, como Helmut Lüdtke e Jorge Morais Barbosa (Barbosa 1965, 58s), estabelecem dois fonemas /a/ em português europeu (/a/ levemente anterior e claro, substituído na pronúncia normal brasileira pela variante posicional [â], levemente posterior e abafado diante de consoante nasal da sílaba seguinte) e /â/, justamente, que aí pode, ou não, aparecer, formando oposição com /a/. O exemplo clássico é a oposição, na 1ª conjugação verbal, entre –ámos (terminação do pretérito perfeito: <<ontem cantámos>>) –amos (terminação no presente: <<cantamos agora e sempre>>).

Trata-se de uma diferença fonética movida pelo contexto de pretérito e presente, e tal distinção é registrada também no “Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, no qual é possível encontrar um parecer ortográfico sobre o tema no tópico destinado às regras de acentuação gráfica de palavras paroxítonas. Segundo o manual de Bechara (2008, p. 31), é facultativo colocar acento agudo nas formas verbais de “pretérito perfeito do indicativo, do tipo *amámos*, *louvámos*, para as [sic] distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (*amamos*, *louvamos*), já que o timbre da vogal tônica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português<sup>6</sup>”. Na

---

<sup>5</sup> Nomenclatura utilizada por Câmara Junior (2010 [1970], p. 42).

<sup>6</sup> Essa mesma citação pode ser encontrada em:

sequência, após mostrar o que diz o Acordo Ortográfico, o autor acrescenta: “como no português falado no Brasil o timbre da vogal tônica é normalmente fechado em ambos os tempos, o acento não deve ser usado” (BECHARA, 2008, p. 31).

Em relação a essa mesma questão, Castilho (1992, p. 246) mostra as distinções entre o PB e o PP (português de Portugal): “o PB não opõe timbres fechados da vogal a seguida de nasal: cf. PB presente e pretérito *cantamos*; PP presente *cantamos* / pretérito *cantâmos*”.

Apesar de os falantes brasileiros não fazerem exatamente essa diferenciação na fala (e na escrita), como fazem os portugueses, acreditamos que, em vista dos dois contextos diferentes e também de acordo com as pesquisas linguísticas já feitas no Brasil, possa ocorrer uma variação entre as formas verbais, havendo não apenas uma variação fonética, mas também uma variação morfêmica, que é o foco desta pesquisa e pode ser percebida na fala de alguns brasileiros.

## 2 A VARIAÇÃO MORFÊMICA NA P4 DOS VERBOS DE PRIMEIRA CONJUGAÇÃO (CI)

Antes de partirmos para essa variação nos verbos regulares, é preciso lembrar que, nos verbos irregulares da CI, há uma distinção entre presente e passado na P4. O verbo “dar”, por exemplo, é um verbo de 1ª conjugação, mas, por ser irregular, não apresenta uma neutralização na P4 entre os tempos verbais IdPr (“damos”) e IdPt2 (“demos”), conforme podemos perceber nos exemplos a seguir:

- (3) Nós **DAMO(S)** comida para a “Amarelinha” quando ela sente fome (IdPr).
- (4) Ontem, nós **DEMO(S)** comida para a “Amarelinha” (IdPt2).

Com base na diferenciação existente entre alguns verbos irregulares da CI, acreditamos que os falantes possam – mesmo que de modo intuitivo – estabelecer uma comparação por generalização com tais verbos para utilizar a forma não canônica com os regulares (de 1ª conjugação) no IdPt2. Talvez em virtude dessa influência ou por outros aspectos, acreditamos ser possível uma variação para diferenciar os tempos de presente e passado. Esse processo, que desfaz a neutralização entre as formas verbais, será chamado, nesta pesquisa, de “desneutralização”<sup>7</sup>, isto é, em vez de utilizar a forma verbal canônica para o pretérito perfeito (“cuidamos”), alguns falantes utilizariam “cuidemos” (ou “cuidemoØ”), que, embora tenha uma configuração idêntica à do presente do subjuntivo, seria, nesse caso, a forma não canônica para marcar o passado (IdPt2). Isso pode ser observado a partir destes exemplos:

- (5) Nós **CUIDAMO(S)** da cachorra “Amarelinha” quando ela precisa. (IdPr).

---

[http://www.academia.org.br/abl/media/O%20Acordo%20Ortoogr%C3%A1fico%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa\\_anexoI%20e%20II.pdf](http://www.academia.org.br/abl/media/O%20Acordo%20Ortoogr%C3%A1fico%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa_anexoI%20e%20II.pdf). Acesso: 18 de dezembro de 2012.

<sup>7</sup> Trata-se de um termo não mencionado pelos teóricos que embasam este artigo, mas que nos parece viável para classificar o fenômeno em questão.

(6) Quando a cachorra “Amarelinha” precisou, nós **CUIDEMO(S)** dela. (IdPt2).

Nesse caso, o morfe /a/, considerado pelos linguistas como VT, ficaria apagado (Ø), e o morfe /e/ apareceria como DMT. Sobre o mesmo assunto, ao tratar de características gramaticais na morfologia que são próprias do PB, Castilho (1992, p. 250) já havia explicitado esta particularidade do português brasileiro afirmando haver uma “elevação da vogal temática *a* para *e* e *e* para *i* no pretérito perfeito do indicativo, para distingui-lo do presente do indicativo: *fiq<sup>u</sup>emo* (por *ficamos*), *beb<sup>i</sup>mo* (por *bebemos*)”.

Nossa pesquisa se direcionará a perceber essa possível variação, considerando-se que a regra categórica ocorre quando há neutralização – conforme a concordância verbal (doravante CV) canônica representada por (1) e (2). Quando houver desneutralização, como nos exemplos (5) e (6), consideraremos como regra variável, mas precisamos levar em conta que pode ocorrer uma variação também no tempo presente, isto é, os falantes podem utilizar a forma verbal não canônica no IdPr, e isso será igualmente controlado em nossa pesquisa.

Investigar tal variação, considerando os grupos de fatores condicionantes de origem social e linguística que a impulsionam (cf. LABOV 2008 [1972]), é o objetivo principal da pesquisa. Para tanto, baseamo-nos em estudos de alguns linguistas que se dedicaram ao estudo do chamado “dialeto caipira”<sup>8</sup> e da concordância verbal em P4, como as pesquisas de Amaral (1975), Costa (1990), Castilho (1992), Zilles, Maya e Silva (2000), Zilles (2006), Franceschini (2009) e Rubio e Gonçalves (2012), as quais trouxeram grandes reflexões e contribuições para o nosso estudo.

### 3 BASES TEÓRICAS

Partimos do pressuposto de que nosso objeto seja mais recorrente na fala de informantes originários de zonas não urbanas. Nesse contexto, Amaral (1976 [1920]), ao explicitar algumas características do dialeto caipira<sup>9</sup>, aborda também a questão da variação da CV, afirmando que “nas formas do preter. perf. do indic. dos verbos em *ar*, a tônica muda-se em *e*: *trabaiêmo* = trabalhamos, *caminhêmo* = caminhamos” (AMARAL, 1976 [1920], p. 29). Essa descrição associada ao dialeto do interior paulista nos ajuda a perceber que a variação entre –amo(s) e –emo(s) está ligada a falantes que habitam em zonas menos urbanas (ou rurais) e, em sua maioria, têm menor grau de escolaridade em comparação aos falantes moradores de zonas mais urbanizadas. O autor também comenta sobre a influência de alguns imigrantes, como os italianos e turcos, na constituição de um dialeto caipira, mas não se detém nessa questão.

Focalizando ainda uma fala menos urbana, mas do interior do Rio Grande do Sul, Costa (1990), em “O verbo na fala camponesa: um estudo de variação”, traça um panorama detalhado sobre a CV (no modo indicativo e subjuntivo) na fala de

---

<sup>8</sup> Expressão utilizada, tradicionalmente, para se referir ao dialeto do interior paulista, mas como os bairros focalizados nesta pesquisa não pertencem a essa região, não os enquadraremos como representantes de um dialeto “caipira” ou “rural” (já que estão na capital de SC), mas sim como representantes de um dialeto “menos urbano”.

<sup>9</sup> Vale lembrar que o autor, ao utilizar a expressão “dialeto caipira”, está se referindo à fala de informantes da zona rural do estado de São Paulo.

descendentes de italianos residentes em uma vila rural localizada no município de Ijuí, noroeste do RS. Dentre os objetos focalizados em seu estudo, a autora cita “as variações entre falamos x falamo x falemo; somos x semo; falaram x falaro”. (COSTA, 1990, p. 76).

Ao tratar do IdPr, na P4, Costa (1990) explica que, como seu objetivo era sistematizar as tendências mais marcantes usadas para marcar a CV, pareceu-lhe melhor: “reunir todos os usos da marca e-mo, visto que é essa marca que mostra a tendência predominante para se marcar a concordância”. (COSTA, 1990, p. 112-113). Tal afirmação da autora nos mostra que a terminação –emo parece ser uma marca registrada da fala camponesa. Além disso, Costa (1990, p. 113) percebeu que:

[...] há uma tendência muito forte a anular a diferença entre as conjugações na primeira pessoa do plural do presente e marcar sistematicamente essa pessoa pelo uso da forma com e-mo. Em 54,3% das ocorrências, a concordância se fez pelo uso dessa marca. A marca e-mo só não ocorre com os verbos da terceira conjugação, que são raros. A regularização encontrada nas formas de primeira pessoa do plural no presente segue uma tendência que foi observada por FROSI e MIORANZA (1983) em relação à flexão dessas formas entre os falantes de dialetos italianos na região nordeste do Rio Grande do Sul. A marca e-mo que encontramos nos dados coincide com a que foi documentada por FROSI e MIORANZA como característica dos dialetos vênéticos e também da "koiné" que se formou como uma decorrência dos contatos interdialetais na região nordestes. Segundo os autores, no presente do indicativo, na "koiné" ... a terminação da 1ª pessoa do plural -emo deriva da influência dos dialetos vênéticos (excetuando-se destes o feltrino-belunês) e do trentino (FROSI e MIORANZA 1983: 310).

Com base na pesquisa citada pela autora, podemos inferir que essa variante, por ter possivelmente se originado a partir de um contato linguístico com comunidades de descendentes de italianos, seria mais produtiva em regiões onde esse contato é propiciado. Mesmo assim, resolvemos investigar essa variação em bairros menos urbanos de Florianópolis, onde se tem uma presença forte dos açorianos, para perceber se essa variante estaria vinculada apenas ao dialeto italiano ou se ela pode se estender a regiões onde há pouco contato linguístico com descendentes de italianos.

Costa (1990) mostra também que a forma padrão é usada em raros momentos pelos informantes de sua amostra, haja vista que tal CV pode ser percebida em apenas 2,5% das ocorrências. Em um de seus quadros, a autora esclarece que foi encontrado apenas 1 dado na CV zero (*falaØ*) e 3 dados na CV padrão (*falamos*), ao passo que, na CV com eliminação do –s final (*falamo*), foram encontradas 10 ocorrências, e com e-mo<sup>10</sup> (*falemo*), 54 ocorrências.

Esse número amplo de dados em P4, na 1ª conjugação, com terminação –emo não é percebido apenas no IdPr, mas também no IdPt2, tempo verbal a partir do qual a pesquisadora encontra os seguintes números de ocorrências: zero (*falou*): 1; padrão

---

<sup>10</sup> Representação utilizada por Costa (1990).

(*falamos*): 4; eliminação do s final (*falamo*): 19; e-mo (*falemo*): 223<sup>11</sup>. A autora ainda acrescenta:

O que se tem no dialeto da Colônia Santo Antônio é uma convergência de influências: se a forma e-mo estava presente tanto na modalidade dialeto italiano falado pelo grupo quanto na do português adquirido a partir da migração, explica-se não só a existência dessa variante no dialeto, mas também seus altos índices de frequência. Tomando-se os verbos regulares da 1ª conjugação, vemos que a forma e-mo ocorre em 79.4% das ocorrências no presente do indicativo e em 90.3% dos casos de pretérito perfeito. (COSTA, 1990, 127).

Tais resultados nos trazem direções para nossas hipóteses, e, de acordo com Zilles e Batista (2006) – pesquisadoras que trabalharam com a CV na P4 na fala culta de Porto Alegre (utilizando duas amostras: uma de 1970, do Projeto NURC; e outra de 1990, do Projeto VARSUL) – os resultados de Costa (1990) mostraram que a suposição de que as formas terminadas em –emo na CI estariam restritas ao IdPt2 (como uma forma de marcar o passado) seria inválida, considerando-se que os informantes utilizam também essa forma no contexto de presente.

Em sua pesquisa, as autoras se dedicam a pesquisar o falar culto de Porto Alegre, e “a variável dependente (ou em estudo) foi definida como as possíveis realizações da DNP-P4: padrão (*–mos*), não-padrão com apagamento parcial da desinência (*–mo*) e não-padrão com apagamento total da marca (zero)” (ZILLES; BATISTA, 2006, p. 112). Dentre as variáveis independentes linguísticas, investiga-se a ‘vogal temática’<sup>12</sup>: *a* (*cantamos*) e *e* (*cantemo*).

Em virtude, contudo, de os informantes viverem em uma zona urbana e serem mais escolarizados, essa variável dependente<sup>13</sup> não foi selecionada como uma das mais relevantes, mas a questão do tempo verbal (outra variável estabelecida pelas pesquisadoras) se mostrou importante neste estudo.

Percebeu-se que, em relação ao tempo/modo verbal, de 556 ocorrências produzidas em contextos de IdPr e IdPt2, houve um número de 83 ocorrências com apagamento de –s final, isto é, uma porcentagem de 15% e um peso relativo de 0.57. Com isso, Zilles e Batista (2006, p. 119) constataram que há um “índice muito robusto de ocorrências de DNP-P4 padrão: 82%. Os falantes cultos, portanto, tendem a preservar a forma padrão quando usam sujeito *nós* ou seu nulo correspondente”. Além disso, as pesquisadoras deixam claro que, quando tais informantes usam *a gente*, a

---

<sup>11</sup> Com esses dados, percebemos que o número de ocorrências em IdPt2 com a terminação –emo é ainda maior. Isso talvez ocorra devido ao modo como as entrevistas foram feitas, de acordo com o método sociolinguístico laboviano, em que os relatos de acontecimentos no passado são um pouco mais privilegiados que os contextos de presente e futuro.

<sup>12</sup> As autoras chamam o *e*, nesse caso, de VT. A partir de outro ponto de vista, tal morfe pode ser percebido como uma DMT, pois, na constituição mórfica da P4 no presente do subjuntivo, o morfe /e/ é considerado, pelos estudiosos, como uma DMT, já que a VT dos verbos de CI costuma ser representada pelo morfe *a*, a qual, neste caso, estaria apagada (Ø). Em consideração a isso, optaremos por nos referir a /e/ apenas como um morfe, sem identificá-lo como VT ou DMT.

<sup>13</sup> É preciso ressaltar que, no estudo das autoras, os morfemas –e- e –a- constituem uma variável dependente. Neste estudo, porém, os morfemas são as duas variantes de nossa variável independente.

concordância aparece categoricamente em sua forma não-marcada (mesma configuração de P3, por exemplo: *a gente cantou*). A partir desse resultado, podemos inferir que o uso –emo pode ser avaliado como um estereótipo (cf. LABOV (2008 [1972]) do falar “rural” para os falantes da “norma culta” das grandes capitais brasileiras.

Em outra pesquisa menos recente, Zilles, Maya e Silva (2000), ao investigarem a CV na P4 em Panambi e Porto Alegre, trabalharam com a mesma variável dependente, levando em conta a *alternância da VT*, o *tempo e modo verbal* e encontraram todas as variantes citadas por Castilho (1992): zero, –mo, –mos, –emo(s) no IdPr e –emo(s) no IdPt2. Quanto à alternância entre as vogais temáticas, em cruzamento com o apagamento do –s final, os autores obtiveram o seguinte resultado:

Tabela 1: Apagamento do /s/ na DNP-P4 (N, % e peso) em relação à variável vogal temática; dados de POA e PAN (VARISUL)

Fatores	(-mo) N	%	Peso
/e/	42/44	95	0,93
/a/	56/220	25	0,37

Fonte: Zilles, Maya e Silva (2000, p. 212).

Esta tabela nos mostra que parece haver uma forte associação entre a alternância morfêmica (de /a/ para /e/) e o apagamento final do –s, pois os números nos indicam que, quando há variação no morfema anterior, por pouco não ocorre um apagamento categórico de uma parte da DNP-P4.

Zilles, Maya e Silva (2000), porém, julgam necessário detalhar melhor tal cruzamento, em razão de terem optado por aglutinar os tempos de IdPr e IdPt2 numa mesma variante de uma variável independente linguística. Os pesquisadores registraram a seguinte distribuição das ocorrências de /e/ em lugar de /a/, *andemo(s)* em lugar e *andamo(s)*: “22 ocorrências no Presente do Indicativo (20 com desinência –mo e 2 com desinência padrão) e 22 ocorrências no Pretérito Perfeito, todas com a desinência *mo*”. (ZILLES; MAYA; SILVA, 2000, p. 212). Assim, para eles, não há como sustentar a relação que vem sendo feita nos estudos linguísticos entre o uso /e/ em lugar de /a/ com vistas a marcar o IdPt2. Essa percepção nos possibilita pensar que o uso de /e/ pode não estar associado apenas a IdPt2, porque também aparece no IdPr, mas também é possível pensar que, enquanto esse uso não se especializa para o contexto de passado, ele pode estar ocorrendo em variação também no presente. Esse segundo ponto de vista talvez possa se sustentar se considerarmos que o uso de –emo(s) é, de modo geral, mais recorrente em IdPt2 do que em IdPr.

Além dessas pesquisas, há outros trabalhos que tratam da P4, mas com a variável dependente constituída pelas variantes “nós” e “a gente”. Lopes (1998), por exemplo, ao trabalhar com uma amostra da fala culta do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, constituída por 18 entrevistas do tipo DID (diálogo entre informante e documentador) do Arquivo Sonoro do Projeto NURC/Brasil, levou em conta o ‘tempo verbal’ e percebeu que o IdPt2 mostrou-se um ambiente favorável para o uso de “nós”, havendo um uso de 94% em relação ao número total de ocorrências nesse tempo verbal.

Outra constatação da autora, que confirmou suas hipóteses, foi de que a DNP - *mos* parece estar adquirindo a função de morfema pretérito, em oposição ao Ø no tempo presente, conforme Fernandes e Görski (1986) já haviam sugerido em pesquisa antecedente.

Nesse sentido, levando em conta o que constataram as autoras, a hipótese de que o morfe *-e* marcaria o pretérito não poderia ser mantida, mas essa é uma questão que pode ser reconsiderada se pensarmos que o IdPr seria um ambiente mais favorável para o uso de “a gente”, cuja CV padrão é feita pela DNP zero (impossibilitando a ocorrência de *-e-*, uma vez que este morfe está sempre associado à DNP *-mos*). Já o IdPt2 é mais favorável para o uso de “nós”, cuja CV padrão é marcada pela DNP *-mos*. Ademais, é possível que haja uma diferença considerável entre os dados da fala culta e rural.

Com o mesmo objeto de estudo, mas utilizando uma amostra constituída por entrevistas gravadas com informantes de Concórdia – SC (12 entrevistas de um total de 24), Franceschini (2009) percebeu que, no IdPt2, há uma porcentagem muito maior de uso de “nós” (84% das ocorrências, peso relativo: 0,61) do que do uso de “a gente” (16%, peso relativo .34). Já no IdPr, isso se inverte, pois o uso de “nós” ocorre em 39% , com peso relativo 0,40, e o “a gente” é recorrente em 61% das ocorrências, com peso relativo 0,60. Esses resultados nos apontam caminhos para perceber distinções entre a fala de zonas urbanas e zonas rurais.

Em relação ao dialeto rural, Rubio e Gonçalves (2012) se dedicam a investigar diversos fenômenos em variação numa amostra do Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior), dando destaque também à CV. No que diz respeito à P4, foi constatada uma alta frequência do emprego da desinência de 1PP (equivalente a P4) com o pronome *nós* em amostras do interior paulista e, “diferentemente do fenômeno variável de AP *nós* e *a gente*, o fenômeno variável de CV de 1PP com *nós* é influenciado diretamente pelo nível de escolarização”. (RUBIO; GONÇALVES, 2012, p. 1021).

Embasados nesses estudos sobre a CV na P4 no PB, construímos a variável dependente desta pesquisa, assim como as variáveis independentes (linguísticas e sociais) e nossas respectivas questões e hipóteses.

#### 4 METODOLOGIA

Nossa variável dependente será binária, composta pela forma verbal terminada em *-amos* (ou *-amo*)<sup>14</sup>, a qual chamaremos de “forma canônica”, e pela forma verbal terminada em *-emos* (ou *-emo*), nomeada como “forma não canônica” (considerando-se apenas o pronome “nós”, os tempos IdPr e IdPt2 e os verbos de CI).

Assim como a maioria dos autores citados nesta pesquisa, utilizaremos a metodologia sociolinguística laboviana (quantitativa de descrição), levando em conta algumas das obras clássicas da teoria sociolinguística, como Labov (2008 [1972]) e Weinreich, Labov e Herzog – WLH – (2006 [1968]), mas também levaremos em conta alguns aspectos qualitativos na análise em virtude dos poucos dados.

---

<sup>14</sup> Diferentemente de Costa (1990), em nossa variável dependente, não estabeleceremos diferença entre as formas no que diz respeito ao apagamento do *-s* final, mas esse aspecto será considerado como uma de nossas variáveis independentes linguísticas.

Conforme nos descreve Tarallo (2000), tal metodologia é composta por algumas etapas: seleção da amostra; descrição da variável dependente e das variantes estudadas; análise do que favorece o uso de uma ou outra variante (grupos de fatores condicionadores<sup>15</sup> ou variáveis independentes); levantamento e categorização de dados; rodada estatística; análise dos dados.

Em relação a essa metodologia, Labov (2008 [1972]), ao tratar sobre a complexidade de investigar dados de fala, explica que lidar com os dados da língua não é apenas um problema dos linguistas, mas sim um problema geral em todas as ciências sociais. Mas para resolver tal dificuldade, é necessário “olhar para os dados da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível, e caracterizar seu relacionamento com as teorias gramaticais do modo mais acurado que pudermos, corrigindo e adequando a teoria para que ela se ajuste ao objeto visado.” (LABOV, 2008 [1972], p. 235-236). Com isso, passemos ao detalhamento da amostra de dados de fala utilizada nesta pesquisa sociolinguística laboviana.

#### 4.1 Amostra

Nossa amostra é constituída por 16 entrevistas gravadas – levando-se em consideração o “paradoxo do observador”<sup>16</sup> – nos bairros florianopolitanos da Costa da Lagoa, Rationes e Santo Antônio de Lisboa, gravadas em 2010 e 2012, que compõem o banco de dados do VARSUL (agência de Florianópolis – SC).

A princípio, pretendíamos levar em conta as entrevistas<sup>17</sup> de 2010 e 2012 de todos os bairros florianopolitanos disponibilizadas no VARSUL, mas percebemos que, nos bairros mais urbanos<sup>18</sup>, havia um predomínio de “a gente” e da utilização categórica da forma canônica (sem variação) nos tempos verbais a serem analisados. Como o objetivo se restringia a trabalhar com o pronome “nós” e também pelo fato de nosso objeto estar relacionado aos dialetos menos urbanos, optamos por selecionar alguns dos bairros mais afastados do centro e menos urbanizados.

As localidades de Rationes e Santo Antônio de Lisboa, por serem muito próximas geograficamente foram amalgamados nesta pesquisa. Assim, nossa amostra foi constituída por 8 entrevistas da Costa da Lagoa e 8 de Rationes e Santo Antônio de Lisboa.

---

<sup>15</sup> Segundo WLH (2006 [1968], p. 121), “um possível objetivo para uma teoria da mudança é determinar o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis para a mudança”.

<sup>16</sup> Consideramos que “o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas – no entanto, só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática” (LABOV, 2008 [1972], p. 244), ou seja, o pesquisador sociolinguista procura captar o **vernáculo** (fala menos monitorada possível) dos informantes.

<sup>17</sup> Quero agradecer a Johannie Storch por ter me auxiliado na primeira audição das entrevistas.

<sup>18</sup> Trata-se de dois bancos de entrevistas disponibilizados em 2010 e 2012 por alunos da disciplina de “Sociolinguística e Dialetoлогия” do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC. Ouvimos 4 entrevistas do *Continente* e não encontramos dados da forma não canônica (além de poucos dados da canônica). No *Ribeirão da Ilha*, em 4 entrevistas, provavelmente em decorrência do uso recorrente de “a gente”, não encontramos nenhum dado.

## 5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA AMOSTRA E DOS RESULTADOS

Considerando que “por meio do estudo direto da língua em seu contexto social, o momento de dados disponíveis se expande enormemente e nos oferece formas e meios de decidir qual das várias análises possíveis está correta” (LABOV, 2008 [1972], p. 237), iniciamos nossa análise.

Com as entrevistas selecionadas, os dados foram categorizados, e foi feita uma rodada estatística com o auxílio do programa GOLDVARB. Como se tratava de apenas 30 dados e um de nossos grupos de fatores condicionantes (‘assertividade da sentença’) não apresentou variação, foi necessário criar um dado, para que o programa fizesse a rodada. Por conta disso, algumas tabelas e gráficos apresentarão números que não atingem a soma exata de 100%. Não conseguimos obter pesos relativos, em decorrência também do número escasso de dados, e fizemos três cruzamentos entre alguns grupos de fatores, que serão exibidos ao longo da análise.

### 5.1 O envelope da variação: questões, hipóteses e resultados

A variável dependente é composta pela alternância do morfe (variante canônica e variante não canônica) de P4 no IdPr e no IdPt2 na CI de verbos regulares. Quanto aos grupos de fatores sociais e linguísticos controlados nesta pesquisa, ficaram compostos da seguinte forma:

#### a) Grupos SOCIAIS

- (1) **Localidade:** Costa da Lagoa e Santo Antônio de Lisboa e Ratonés;
- (2) **Escolaridade:** Ensino Superior e Ensino Fundamental;
- (3) **Idade:** mais velho e mais jovem;
- (4) **Sexo:** feminino e masculino;

#### b) Grupos LINGUÍSTICOS:

- (5) **Apagamento ou não do –s no DNP –mos:** Apagado e não apagado;
- (6) **Advérbio de tempo:** há elementos temporais e não há;
- (7) **Assertividade da sentença:** há elementos de negação e sem elementos;
- (8) **Realização do sujeito:** explícito e nulo;
- (9) **Tempo verbal:** passado e presente.

Na tabela a seguir, descrevemos cada um dos informantes, de acordo com sua estratificação social e com o número e tipo de dados produzidos. Tais informantes serão mencionados algumas vezes quando quisermos trazer um parecer mais qualitativo à nossa pesquisa, considerando-se que o número de dados foi bastante escasso (apenas 30 dados); e alguns dos entrevistados produziram mais dados que outros.

**Tabela 2:** caracterização dos informantes e dados

Bairro	Grupos de Fatores Sociais			Entrevistas Informante	Nº de dados		T
	Sexo	Idade	Escolaridade		n	C	
COSTA DA LAGOA	F	+ velho	Menor	Informante 1	2	0	2
			Maior	Informante 3	0	3	3
		+ jovem	Menor	Informante 2	0	0	0
			Maior	Informante 4	0	0	0
	M	+ velho	Menor	Informante 8	3	0	3
			Maior	Informante 6	0	0	0
		+ jovem	Menor	Informante 7	0	11 <sup>19</sup>	11
			Maior	Informante 5	0	0	0
<b>Total</b>					<b>5</b>	<b>14</b>	<b>19</b>
RATONES E SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	F	+ velho	Menor	Informante 9	2	0	2
			Maior	Informante 11	0	0	0
		+ jovem	Menor	Informante 10	3	4	7
			Maior	Informante 12	0	0	0
	M	+ velho	Menor	Informante 16	0	0	0
			Maior	Informante 14	0	0	0
		+ jovem	Menor	Informante 15	2	0	2
			Maior	Informante 13	0	0	0
<b>Total</b>					<b>7</b>	<b>4</b>	<b>11</b>
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>12</b>	<b>18</b>	<b>30</b>

É possível perceber que apenas sete informantes produziram dados com “nós” no IdPr e IdPt2, já que os demais apresentaram uso categórico de “a gente” nesses tempos verbais<sup>20</sup>. Observando a tabela, podemos perceber que, no primeiro bairro, as informantes mais jovens não produziram dados, pois utilizaram apenas “a gente” (em IdPt2 e IdPr), e os informantes do sexo masculino com maior escolaridade tiveram um comportamento linguístico semelhante.

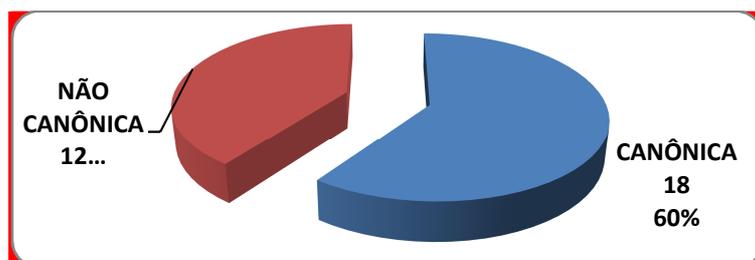
<sup>19</sup> Sempre com apagamento do –s final.

<sup>20</sup> Não foram levados em conta outros tempos verbais, como o pretérito imperfeito do indicativo (muito presente na fala de todos os informantes) e os demais tempos verbais, que não eram foco da pesquisa.

Os dados da informante mais velha, com mais escolaridade, são sempre da forma canônica, e os dados da informante mais velha, com menor escolaridade são sempre da forma não canônica. Já os informantes de Ratonos e Santo Antônio de Lisboa apresentaram algumas diferenças na sua fala: no grupo do sexo masculino, apenas o informante mais jovem com menor escolaridade produziu dados – ainda que em número escasso – de “nós” no IdPt2 e IdPr; ao passo que, no grupo feminino, apenas as mulheres com menor escolaridade produziram dados, sendo que uma delas varia entre o uso da forma canônica e da não canônica.

Conhecidas essas informações, partimos, então, a uma análise de caráter mais quantitativo, apresentando os resultados estatísticos de cada um dos grupos de fatores de acordo com a ordem da categorização (tal qual foi mostrada nesta seção). Deixamos o grupo ‘assertividade da sentença’ de lado, porque todas as sentenças de nossa amostra não traziam elementos de negação, e também o fator ‘advérbio de tempo’ por não ter se mostrado muito relevante em nosso *corpus*. O resultado geral de ocorrências está representado no seguinte gráfico:

**Gráfico 1:** Ocorrências e porcentagem de uso da forma verbal de P4 em IdPr e IdPt



Embora o número de dados tenha sido bastante escasso, mostrando que os falantes das capitais estão usando com bastante frequência a variante “a gente” como P4 (pelo menos nos tempos IdPr e IdPt2), pudemos verificar que houve um número razoável de ocorrências da variante não canônica.

O uso predominante de “a gente” como P4 já havia sido percebido por Spessato (2010, p. 7) ao investigar a variação entre *nós* e *a gente* na Costa da Lagoa: “das produções em primeira pessoa do plural, em contexto linguístico de sujeito (nominativo), coletadas entre os sujeitos envolvidos nesta pesquisa, 72% são de a gente, contra 27% de nós”.

A partir disso, verifiquemos cada um dos condicionantes internos e externos.

## 5.2 Grupo de fatores ‘localidade’: questões, hipóteses e resultados

A questão principal para esse grupo de fatores seria: O bairro Costa da Lagoa, por ser mais isolado geograficamente que Ratonos e Santo Antônio de Lisboa, apresentará mais usos da forma não canônica? Nossa hipótese era de que, provavelmente, apareceria um maior número de ocorrências da forma não canônica no bairro da Costa da Lagoa, mas o resultado foi diferente, conforme podemos observar na Tabela 3.

**Tabela 3:** Uso das formas não canônica e canônica conforme a variável ‘localidade’

Localidade		n	C	Total	%
<b>Costa da Lagoa</b>	N	5	14	19	61
	%	26	73		
<b>Ratones e St. Antônio de Lisboa</b>	N	8	4	12	38
	%	66	33		
<b>Total</b>	N	13	18	31	99
	%	41	58		

Percebemos que houve um número maior de ocorrências da forma não canônica, diferentemente de nossa hipótese, no bairro de Ratones e Santo Antônio de Lisboa, e um número bem maior do uso da forma canônica na Costa da Lagoa, mas isso pode ser explicado se levarmos em conta a fala da Informante 7, que, apesar de não produzir a forma não canônica, apagou sempre o –s final da forma canônica, conforme o exemplo a seguir ilustra.

**E:** Tá, e no verão como é que é aqui? Muda um pouco a rotina de vocês?

**Informante 7:** Ô, muda.

**E:** Como é que fica daí?

**Informante 7:** Ah, nós **PEGAMOØ** o barquinho e vamoØ trabalhá lá no outro lado, sabe? (est) Ali onde (inint), tem quarenta e seis barquinho trabalham lá no verão (est). Tem bastante turista. Tem bastante barquinho (est). [...]

**E:** Mas daí que horas vocês voltaram?

**Informante 7:** Ah, **VOLTAMOØ** acho que uma hora, por causa do-da, do vô e da vó (est) (inint).

**E:** Mas daí o barc- tinha o barco ali?

**Informante 7:** Tinha, tinha, nós **DEIXAMOØ** ali.

De qualquer modo, levando-se em conta o número de ocorrências, nossa hipótese não pôde ser atestada, merecendo um estudo mais esmiuçado da história das comunidades investigadas, com vistas à verificação de possíveis contatos dialetais, devido ao turismo frequente na Costa da Lagoa.

Em relação a essa possibilidade, Spessato (2010, p. 11) menciona que o uso de “a gente” ocorre com muita frequência porque os moradores do bairro em questão preservam suas tradições, mas os informantes mais escolarizados “também são aqueles moradores da Costa que mais tempo passaram fora dela, estudando no centro da cidade ou em cidades vizinhas, como São José”, o que acaba influenciando no uso linguístico de variantes próprias da norma culta (nesse caso: –amos).

Pudemos verificar isso na fala da informante 3, pois, além de apenas utilizar a forma canônica (sempre com marcação do –s final), a entrevistada falou sobre os esforços de deslocamento geográfico (horários de ônibus e de barco) durante sua trajetória acadêmica:

**Informante 3:** Nós fomos pra Pedagogia (est), aí fomos pra FAED, né? (est) Pra FAED. E, daí (hes) nós **COMEÇAMOS** a fazer estágio de manhã, só que o estágio de manhã tu tens que estar (= tá) às sete horas da manhã lá. Aí teve que ter um horário das cinco e meia, a barca das cinco e meia, que antes era às oito-

**E:** Aí vocês também-

**Informante 3:** Aí fizemos nova reunião, daí **BATALHAMOS** por esse horário, aí começou os horários de cinco e meia (est), que hoje é o horário das seis, né? Que depois foi mudando, aí é o horário das seis e assim por diante, assim, aí quando eu comecei a estudar à noite.

### 5.3 Grupo de fatores ‘escolaridade’: questões, hipóteses e resultados

A questão norteadora para investigarmos esse grupo é: A escolaridade influencia no uso da forma não canônica, isto é, os falantes menos escolarizados utilizam com mais frequência que os mais escolarizados a variante não canônica [–emo(s)]?

Com base nos pesquisadores da área de sociolinguística, consideramos para a análise desta variável as constatações de Zilles e Batista (2006, p. 121): “a elite mais letrada tende a ser mais conservadora em relação ao uso do padrão e a resistir às mudanças, especialmente àquelas em que forma não canônica envolva estigma”.

Acreditamos, portanto, que quanto mais escolarizado o falante, menor o uso da variante não canônica, por estar associada a uma fala menos urbana, isto é, quanto menor fosse o grau de escolaridade, haveria mais desneutralização (uso da forma não canônica). Os nossos resultados mostraram que nossa hipótese era viável:

**Tabela 4:** Uso das formas não canônica e canônica conforme a ‘escolaridade’

Escolaridade		n	C	Total	%
<b>Menos escolarizado</b>	N	13	15	28	90
	%	46	53		
<b>Mais escolarizado</b>	N	0	3	3	9
	%	0	100		
<b>Total</b>	N	13	18	31	99
	%	41	58		

O uso da forma não canônica simplesmente não foi encontrado na fala de informantes mais escolarizados, mostrando que o grau maior de escolaridade dos informantes fará com que sejam propensos a utilizar as formas mais canônicas, de

acordo com a norma padrão.

A pouca escolaridade, parece estar associada ao (não) uso da forma não canônica. Em trechos de fala de informantes mais jovens, mas com pouca escolaridade, foi possível encontrar dados de –emoØ variando com –amoØ, como podemos ver no trecho de fala da informante 10:

Ah, a Amarelinha foi maltratada. O cachorro que nós tinha ali. Ela, quando nós conhece- acha- ganha- **ACHAMOØ** ela, ela estava (=tava) toda machucada, maltratada por alguém, foi jogada fora, né? E nós **PEGUAMOØ** ela de rua. Teve outra também que nós **CUIDAMOØ** dela, um carro soltou ela aqui, daí nós **CUIDAMOØ** dela, ela tinha filho- teve filhote, daí nós conseguimos dar (=dá) os filhote todo dela. **CUIDAMOØ** dela, vacina, tudo o que ela precisou, estava (=tava) muito doente, e, depois de um tempo, a dona dela veio pegar (=pegá) ela de volta. [...] Ela, só por causa dos filhotes, ela abandonou a cachorra, e daí nós **CUIDAMOØ** dela e **FICAMOØ** com ela pra nós. Ela morreu de velha.

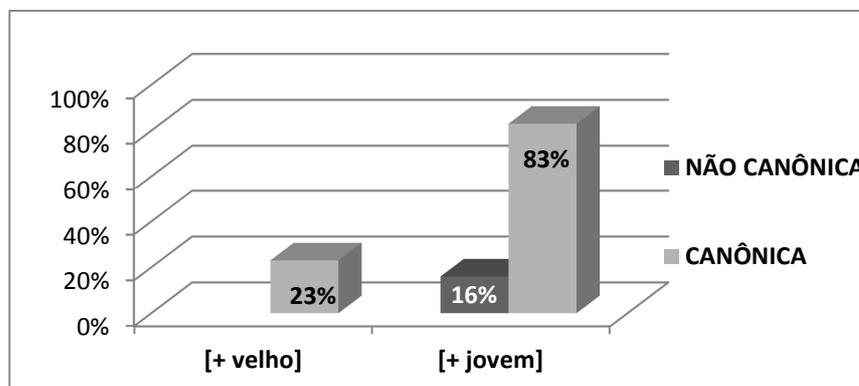
É interessante perceber que, num pequeno trecho de fala, o uso foi abundante, mas, no resto da entrevista, a informante não produziu mais dados, mostrando que, talvez em função do tópico discursivo ligado à emoção, o vernáculo tenha sido despertado. Outro ponto a se destacar é que os falantes que utilizaram a forma –emo(s), quando variavam com a forma canônica, sempre usavam o apagamento do –s.

#### 5.4 Grupo de fatores ‘idade’: questões, hipóteses e resultados

Ao investigarmos esse grupo de fatores social, pensamos na questão: Os falantes mais velhos ou mais jovens utilizarão a variante não canônica? Nossa hipótese para esse questionamento seria a de que os informantes mais velhos estariam mais propensos à utilização de /e/, porque os mais jovens têm um contato maior com as mídias e com outras localidades e, como se trata de uma variante geralmente relacionada à fala rural, os informantes mais jovens possivelmente evitariam utilizá-la.

Os resultados sugerem a validade de nossa hipótese, como podemos ver no Gráfico 2:

**Gráfico 2:** Uso das formas não canônica e canônica conforme a variável ‘idade’



Com isso, pudemos perceber que o grupo de fatores ‘idade’ parece apontar para o uso da forma não canônica, mas está sempre associado ao grupo ‘escolaridade’, pois tanto informantes mais jovens quanto mais velhos com maior grau de escolaridade não produziram a variante não canônica.

Isso também foi percebido quando cruzamos os grupos de fatores ‘idade’ e ‘escolaridade’, e percebeu-se um número muito alto de ocorrências da forma não canônica entre informantes mais velhos menos escolarizados.

Ao ouvirmos um trecho de fala de uma informante de menor escolaridade, do sexo feminino, mais velha, percebemos as seguintes ocorrências:

**Informante 1:** “Então a senhora tá passando numa porção de coisa, a senhora sabia? Aí a gente então veio aqui lhe benzer”. Daí eu falei assim: “Tá, então tá bem”, e aí **ASSENTEMOØ** e **CONVERSEMOØ**. Aí eu disse: “entra pra casa”. Aí eles entraram, aí benzi, e eles foram embora tudo feliz.

Da mesma forma, porém, num trecho de fala do informante 15, menor escolaridade, sexo masculino, mais jovem, percebemos as seguintes ocorrências:

**E:** E você já tinha, nessa época, um interesse assim por bichos?

**Informante 15:** Nós se **CRIEMOØ** assim, né? [...]

**E:** Vocês costumam matá porco (**hes**), assim, próximo ao Natal?

**Informante 15:** No começo do ano, tem gente que procura nós pra ver se nós temoØ porco, daí nós **COMPREMOØ**, comemoØ.

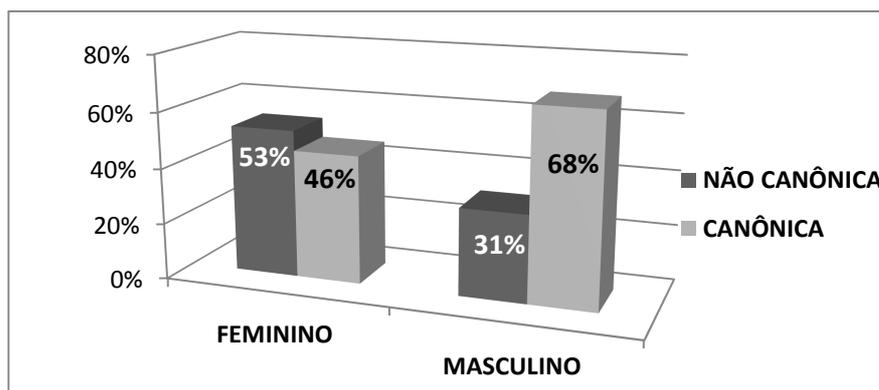
A partir desse trecho, é possível sugerir que, embora os resultados se apresentem de acordo com nossa hipótese, percebemos que o grupo de fatores ‘escolaridade’ tem um peso maior no uso da variante não canônica.

### 5.5 Grupo de fatores ‘sexo’: questões, hipóteses e resultados

Sobre a variável ‘sexo’, formulamos a seguinte questão: As mulheres optarão pela variante mais prestigiada (a forma canônica, da norma padrão)? Labov (2008 [1972]) afirma que os falantes do sexo feminino estariam avançando mais rápido na utilização das variantes de prestígio e “tal comportamento das mulheres deve desempenhar um importante papel no mecanismo de mudança linguística.” (LABOV, 2008 [1972], p. 347).

Como, em nosso caso, a variante não canônica não é prestigiada pelos falantes da norma culta, nossa hipótese foi a de que as mulheres utilizariam a variante de mais prestígio. Após a rodada estatística, obtivemos o seguinte resultado:

**Gráfico 3:** Uso das formas não canônica e canônica conforme a variável ‘sexo’



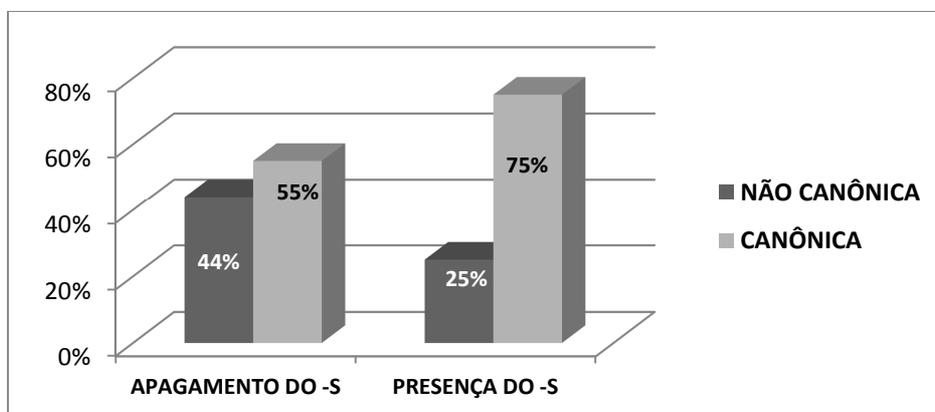
As mulheres mostraram-se mais abertas ao uso da forma não canônica, que é menos prestigiada que a forma canônica. Tal resultado, apesar de não confluir para nossa hipótese, está de acordo com a constatação de Labov, uma vez que, se a forma não canônica estiver propiciando uma mudança linguística no PB, as mulheres estariam sendo precursoras nesse processo.

Estabelecendo, no entanto, um cruzamento com a variável ‘escolaridade’, notamos que todas as ocorrências de forma canônica feitas pelos informantes do sexo masculino foram produzidas por apenas um dos informantes (informante 7), o qual, inclusive, apagou uma parte da DNP –mos (–moØ).

### 5.6 Grupo de fatores ‘apagamento (ou não) do –s no DNP –mos’: questões, hipóteses e resultados

A questão que nos guiou para a investigação desse grupo de fatores condicionante foi: O apagamento do –s no DNP –mos condiciona o uso do morfe –e-? Como esse grupo linguístico já foi abordado por outros autores (ZILLES et al, 2000 e 2006; COSTA, 1990) e tais pesquisadores já haviam descoberto a associação entre os dois, nossa hipótese foi a de que o apagamento do –s será determinante no uso de *e*. Nossos resultados estatísticos apontam para essa hipótese:

**Gráfico 4:** Uso das formas não canônica e canônica conforme a variável ‘apagamento (ou não) do –s no DNP –mos’



Mediante esse resultado, foi possível observar, além de nossa hipótese, que o apagamento do –s também costuma ocorrer no uso da forma canônica. É válido ressaltar, também, que houve apenas uma ocorrência de “–emos”, conforme o trecho a seguir em que o informante falava sobre uma doença que teve em consequência do trabalho braçal:

**Informante 8:** Mas isso é (inint) de lenha, é de balaio da mandioca, é de remá as noite toda e os dia todo no barco, e antes a gente não tinha barco a motor, era na canoinha de garapivu, no remo, entendeu? Aí, traz a herança mais tarde, e a minha fia tem do- do- (inint), a minha fia tem, o meu pai tem, a minha família toda tem esse, essa, esse osso, então, são coisas que **DEIXEMOS** (risos).

Uma possibilidade para explicar essa marcação seria a presença do vocábulo *que* (pronome relativo) antecedendo a forma verbal. No presente do subjuntivo, geralmente o *que* (conjunção integrante) é introduzido antes da forma verbal, como na sentença: “é preciso que deixemos as coisas”. Mesmo que, intuitivamente, o falante possa ter confundido o pronome relativo com uma conjunção integrante, isso não pode ser atestado com o baixo número de dados que obtivemos.

### 5.7 Grupo de fatores ‘realização do sujeito’: questões, hipóteses e resultados

A respeito do ‘realização do sujeito’, uma variável que não se mostrou muito relevante nos estudos de Zilles et al (2000; 2006), nossa hipótese seria de que a forma não canônica favoreceria o preenchimento do sujeito, justamente pelo fato de não ser padrão, e o uso da forma canônica seria mais favorável ao uso do sujeito nulo.

Nossos resultados apontam para essa hipótese:

**Tabela 5:** Uso das formas não canônica e canônica, conforme a variável ‘realização do sujeito’

Sujeito		n	C	Total	%
<b>Explícito</b>	N	5	9	14	45
	%	35	64		
<b>Nulo</b>	N	8	9	17	54
	%	47	52		
<b>Total</b>	N	13	18	31	99
	%	41	58	31	

Se olharmos para o número de porcentagem, perceberemos que, quando há sujeito explícito, há um favorecimento do uso da forma canônica, e, quando há sujeito nulo, os falantes parecem preferir usar a forma não canônica (embora haja pouca diferença de número de ocorrências entre as formas não canônica e canônica se o sujeito for nulo), resultado que não está de acordo com nossa hipótese inicial. Observando um

trecho de fala, todavia, notamos que o próprio informante varia entre as duas variantes de realização do sujeito quando a forma é canônica:

**E:** E como é que é a farra do boi?

**Informante 7:** É massa (**inint**), soltava assim, ó. Solto no caminho mesmo. Aqui todo mundo gosta e tem- (**inint**) tem 3 mil moradores, 2.500 gostam, o resto... Mas agora tá- tá acabando porque muita gente de fora aí já não gosta. Aí nós **DEXAMOØ** um poquinho pra mais tarde

**E:** Mas aí. antes, quando tu era menor, aí tinha bastante...

**Informante 7:** Ah, tinha, ô...

**E:** Sim e como é que é? Você sai correndo?

**Informante 7:** Não, vem lá do outro lado (**est**) lá onde (hes) nós trouxemos ele no barco e **SOLTAMOØ** aqui, e ele vem.

Ao fazermos um cruzamento dessa variável com o ‘apagamento do –s’, observamos que não houve nenhuma ocorrência de forma não canônica com sujeito explícito e presença de –s, mas houve duas ocorrências de forma canônica com esse tipo de sujeito e a presença da desinência de plural, mostrando que o que parece haver uma omissão do sujeito quando há presença da DNP –mo(s), independentemente do morfe que antecede essa desinência.

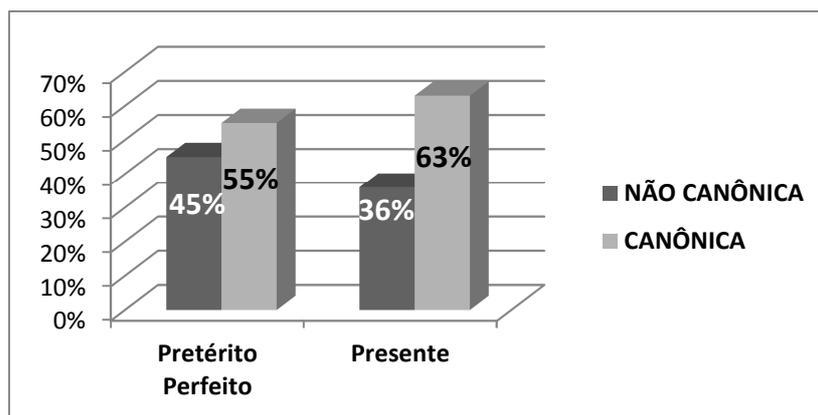
### **5.8 Grupo de fatores ‘tempo verbal’: questões, hipóteses e resultados**

A variável linguística em questão, desde o princípio de nossa pesquisa, parecia-nos uma das mais relevantes para testar o nosso fenômeno, ainda mais pelo fato de haver algumas divergências quanto à associação do morfe *e* com o IdPt2.

A questão principal, então, foi: O IdPt2 se mostrará um ambiente favorável para o uso do morfe –e-? Nossa hipótese foi a de que haveria uma preferência dos falantes em usar o morfe –e- quando o tempo fosse pretérito.

Nossos resultados ,de certa forma, estão de acordo com nossa hipótese:

**Gráfico 5:** Uso das formas não canônica e canônica conforme a variável ‘tempo verbal’



A partir de tal gráfico, é possível notar que, embora ainda haja um uso maior da variante não canônica no passado, seu uso também ocorre em contextos de presente, como podemos ver neste trecho de entrevista, em que há exemplos de presente (com aspecto habitual) associado à forma não canônica:

**Informante 8:** Nós temo um campinho pequenininho de futebol aonde nós vamo, nós **FRETEMOØ** o ônibus e vamo, aonde nós vamo, o que tem lá nós, nós **TOMEMOØ** tudo, nós comemo tudo (inint.) não vô saí com dez reais, vô saí com 20 reais, não, eu levo dinheiro memo pa comê e aproveitá.

A nosso ver, a ocorrência dessa variante não canônica no presente não invalida a hipótese de que os falantes possam tê-la usado para marcar o passado, pois, talvez em decorrência desse uso, a forma possa ter se estendido também a contextos de presente, havendo um novo processo de neutralização. Mas essa hipótese só poderia ser comprovada por meio de um estudo diacrônico e com a ampliação do *corpus* e do número de dados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que, para Labov (2008 [1972], p. 298), “a teoria linguística não pode ignorar o comportamento social dos falantes de uma língua, tanto quanto a teoria química não pode ignorar as propriedades observadas dos elementos”, procuramos enfatizar, nesta pesquisa, além dos grupos de fatores condicionadores linguísticos, os grupos de fatores sociais.

O estudo desses últimos grupos talvez indique que o fenômeno em estudo pode ter correlação com a escolaridade dos informantes, já que os informantes mais escolarizados procuram utilizar a forma padrão para a P4 do IdPt. Os menos escolarizados, no entanto, parecem estar impulsionando uma mudança que, talvez, não se concretizará, devido ao pouco prestígio que a forma não canônica tem entre os falantes de PB.

No que se refere aos grupos de fatores linguísticos, percebemos que os mais relevantes foram o ‘apagamento do –s no DNP –mos’ e o ‘tempo verbal’, mas, mesmo assim, o apagamento do –s acontece em ambas as formas (não canônica e canônica), da mesma forma como o tempo verbal oscila entre as duas variantes, inclusive em trechos de fala de um mesmo indivíduo.

Logo, a variável social ‘escolaridade’ parece ter papel importante no uso da forma não canônica, corroborando a afirmação de Labov de que “não se pode fazer nenhum avanço importante rumo ao entendimento do mecanismo da mudança linguística sem o estudo sério dos fatores sociais que motivam a evolução linguística”. (LABOV, 2008 [1972], p. 291). Mesmo que nosso foco neste trabalho não tenha sido a mudança, mas sim a variação linguística, acreditamos que o estudo da variação em qualquer recorte sincrônico seja significativo para o estudo diacrônico, levando-se em conta a mudança linguística.

Por meio desta pesquisa, então, cremos estar contribuindo, em uma pequena parcela, para o estudo da variação entre os morfemas /a/ e /e/ no IdPr e IdPt2, o que talvez possa apontar para um processo de “desneutralização” morfológica em (pelo menos) uma pequena amostra linguística do PB.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1976 [1920].
- BECHARA, E. *O que muda com o Novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- CAMARA JUNIOR, J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2010 [1970]. 41.ed.
- CASTILHO, A. T. de. O Português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo, Ática, p. 237-285, 1992.
- COSTA, I. B. *O verbo na fala de camponeses: um estudo de variação*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade de Campinas, 1990.
- FERNANDES, E.; GORSKI, E. M. A concordância verbal com os sujeitos Nós e A gente : um mecanismo do discurso em mudança. In: *Atas do I Simpósio sobre a Diversidade Lingüística no Brasil*. Salvador, Instituto de Letras da UFBA, 1986, p.175-83.
- FRANCESCHINI, L. *O Uso dos Pronomes Pessoais Nós/ A Gente em Concórdia – SC*. Anais do SILEL. vol 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- FROSI, V.; MIORANZA, C. *Dialetos italianos*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia Portuguesa*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2002.
- RUBIO, C. F.; GONÇALVES, S. C. L.. A fala do interior paulista no cenário da sociolinguística brasileira: panorama da concordância verbal e da alternância

pronominal. *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), São Paulo, v. 56, p. 1003-1034, 2012.

SPESSATTO, M. B. Formas linguísticas não canônicas não conhecem fronteiras: *nós/a gente* na fala da população da Costa da Lagoa. *Working Papers em Lingüística*, v. 11. Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2010v11nespp82>

TARALLO, F. *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Editora Ática, 2000 [1986].

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ZANOTTO, N. *Estrutura Mórfica da Língua Portuguesa*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ZILLES, A. M. S.; MAYA, L.; SILVA, K. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS. *Organon*, Porto Alegre, v.14, n.28/29, p.195-219, 2000.

ZILLES, A. M.; BATISTA, H. H. A concordância verbal na primeira pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre. In: *Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul*. Pelotas: EDUCAT, p. 100-124, 2006.

Data de submissão: 14/06/2013

Data de aceite: 30/10/2013